



XXVII Convenção Nacional

De 30 de maio à 02 de junho em Brasília

Eleições para Convencionais

Em breve será lançado o edital que convoca os interessados a se inscreverem para concorrer às vagas de Convencionais que irão à XXVII Convenção Nacional da ANFIP. O evento acontece de 30 de maio à 02 de junho, em Brasília/DF. A ANFIP-SC representará Santa Catarina com cinco vagas. Uma delas é destinada ao seu Presidente. Os ocupantes das quatro vagas restantes serão eleitores pelos associados, em pleito direto. Para concorrer é preciso ser associado da ANFIP (ativo ou aposentado), quites, na categoria "Efetivo". Os pedidos de inscrição se encerram no dia 07 de março e as eleições acontecerão no dia 1º de abril.

No Editorial desta edição do Informativo da ANFIP-SC, o colega Marcus Gaudenzi de Faria, AFRFB em Florianópolis e Diretor de Cultura Imprensa e Divulgação da associação, fala sobre os desafios e perspectivas de mudanças que foi prometido pelo novo governo.

(Página 2)



CAMPANHA SOLIDÁRIA

Por ocasião no jantar, foi iniciada a campanha solidária para auxílio à Casa Repouso Vovó Gertrudes do Hospital Infantil Joana de

Gusmão de Florianópolis. A resposta dos associados foi de pronto atendimento, recebemos doação de vários produtos de higiene e limpeza e R\$ 1.700,00 em dinheiro, que será utilizado para aquisição de materiais a serem entregues diretamente à responsável pela Entidade.



Emoção e felicidade marcam a festa de fim de ano

(Páginas 4,5,6 e 7)

Seminário

A Conjuntura em 2019 e o Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil



União e Alerta. Estas são as palavras que sintetizam as análises, preocupações e conclusões verificadas nos dois dias (17 e 18/12/2018) dedicados por Auditores-Fiscais, e especialistas, reunidos no Seminário "A Conjuntura em 2019 e o Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil".

(Página 3)

ANFIP participa de Seminário

A ANFIP, representada pelo vice presidente da ANFIP-SC, Floriano José Martins, palestrou, no dia 28/01, no XXVIII Seminário de Dirigentes Sindicais, de Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná.

(Página 8)

AS REFORMAS DO NOVO GOVERNO

Por Marcus Gaudenzi de Faria - Diretor de Cultura, Imprensa e Divulgação da ANFIP-SC - AFRFB em Florianópolis/SC

Um 2019 cheio de desafios e perspectivas de mudanças foi prometido pelo novo governo. Desde o início da transição, o Ministro da Economia Paulo Guedes defende como necessária e imediata uma reforma do sistema de Previdência Social e do sistema tributário. Temas que são notadamente do interesse dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e onde, com nossa experiência e conhecimento, podemos contribuir significativamente para buscar melhorias para o país.

O Seguro Social, destinado a substituir a renda do trabalhador em situações de perda de capacidade de trabalho (acidente, doença, morte e velhice) está sendo rediscutido. Mas os debates estão concentrados em que grupos ficarão de fora da reforma e quantos bilhões serão economizados com a implantação das medidas. Trata-se de uma discussão rasa, pois demonstra que grupos de interesse, que fazem lobby para não enfrentarem a batalha do equilíbrio da previdência social, ou o sistema financeiro, que sonha em encher seus cofres com o dinheiro dos trabalhadores após a desacreditação do sistema.

Existe um consenso de que, com o envelhecimento da nossa população, se faz necessário o estabelecimento de uma idade mínima de aposentadoria (que nada mais é a sociedade brasileira definir, em debate político, com que idade estamos velhos) e em que situações especiais (trabalhos desgastantes e de grande exigência física) algumas pessoas poderiam ter sua aposentadoria antecipada.

Se criarmos uma série de excepcionalidades apenas para atender grupos de pressão do Congresso, acabaremos por tornar a reforma proposta insuportável para o restante da sociedade, sem de fato resolver e reequilibrar contas, mas apenas criando um alívio de caixa momentâneo, nos distanciamos de estabelecer um modelo justo, sustentável e que não obrigue um novo debate previdenciário em poucos anos.

Em paralelo, as propostas de criação de modelos baseados em capitalização individualizada esbarram na transição entre os modelos. O passivo atuarial dos atuais aposentados e da geração com mais de 15 anos de contribuição no atual modelo superarão 94% do PIB nacional (mais de 6 trilhões em 35

anos). Ao mesmo tempo, numa análise do modelo chileno percebemos que seu fracasso decorre, entre outros fatores, do fato de estar sendo lastreado exclusivamente em contribuição dos trabalhadores (sem qualquer cota patronal), o que acabou gerando um capital acumulado insuficiente para suportar a velhice. Conceitualmente, precisaríamos acumular 20% da renda (daí o conceito da contribuição patronal de ao menos 10% ser necessária, mesmo em regimes de contas individuais) durante 40 anos para suportar 20 anos de benefício recebendo cerca de 85% da nossa renda média atualizada. Com uma contribuição de 10%, precisaríamos trabalhar ao menos 52 anos para garantir 8 anos de benefício. Em outras palavras, trabalhar até a morte.

Para vender a necessidade de reformas, o governo Temer criou campanha institucional desrespeitosa com os servidores públicos, vendendo uma imagem de que trabalham pouco e se aposentam cedo (quando, na realidade, somos os únicos a ter uma idade mínima definida). Graças a um trabalho institucional excepcional da Anfip, com vídeos didáticos esclarecedores, se estabeleceu um consenso de que a Reforma, naqueles moldes, não seria aprovada e o governo precisou criar uma desculpa para não a colocar em votação.

Neste novo governo, louvável a posição do Ministro da Economia, que defende ser necessário que toda a sociedade esteja inserida na Reforma da Previdência. É uma premissa básica para iniciarmos um debate. Mas este debate deve ter como foco garantir uma previdência social justa, universal, racional e financeiramente equilibrada. Com algum custo para toda a sociedade, a fim de corrigirmos equívocos do passado que geraram benefícios sem a acumulação de reservas. Todavia, buscar através do sacrifício de trabalhadores e aposentados, folgas de caixa para o governo e um novo mercado para os bancos e instituições de previdência privada é algo que invariavelmente nos levará a um confronto grave. Jamais nos furtaremos a debater os problemas pontuais que existem e causam desequilíbrios, mas também não nos comportaremos de forma obediente para atender ao mercado financeiro. A Previdência Social é patrimônio do trabalhador brasileiro. E não será roubada sem luta, em toda as frentes.

Seminário

A Conjuntura em 2019 e o Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil



União e Alerta. Estas são as palavras que sintetizam as análises, preocupações e conclusões verificadas nos dois dias (17 e 18/12/2018) dedicados por Auditores-Fiscais, e especialistas, reunidos no Seminário “A Conjuntura em 2019 e o Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil”, evento patrocinado pela ANFIP-SC e Delegacia Sindical de Florianópolis, com o apoio da ANFIP Nacional.

Embora tenha sido lembrado a todo o momento que o próximo governo do Brasil ainda é uma incógnita, seja pela falta da publicação de textos que apresentem ideias claras sobre objetivos e métodos a serem implantados, como também pela não ocorrência de debates e entrevistas por parte do presidente eleito, há fortes motivos para preocupação e urgente mobilização dos Auditores-Fiscais. Espera-se que a Reforma Previdenciária seja encaminhada ao Congresso Nacional nos primeiros momentos do próximo governo. Nesse contexto, é necessário que a categoria já esteja atuando em favor de seus interesses a partir de 15 de janeiro ou, no mais tardar, no final de janeiro de 2019. Para tanto as Entidades devem estar aptas a atuar desde o início dos trabalhos do novo Parlamento.

As informações que a equipe de transição do novo governo deixa transparecer demonstram a intenção de implementar a desconstitucionalização das matérias de seguridade social, aí incluída a previdência do servidor público. Evidentemente, caso o novo governo saia vencedor, o menor quórum necessário para alterar leis ordinárias, ou mesmo complementares, implicará em drástico aprofundamento do processo de retirada de direitos. Nessa linha, além do período de “lua-de-mel” que se verifica no início de cada governo, os parlamentares também são cômicos de que ao votar aprovando medidas impopulares no primeiro ano de seu mandato é pequeno o risco de que os eleitores recordem desse fato quatro anos à frente, no momento da nova eleição.

Ainda não estão claras quais serão as repercussões das contradições que já se verificam no futuro governo eleito, que pode ser compreendido apoiando-se em três pilares: o econômico, o militar e o judicial. Enquanto o Pilar Econômico tem viés ultraliberal, o Pilar Militar, cuja força se verifica pela importância e pelo expressivo número de ministérios ocupados, é orientado por outra lógica. Nesse sentido, as declarações do futuro Ministro da Infraestrutura, numa clara mensagem para mudança dos métodos utilizados na Operação Lava-Jato, de que é preciso punir os dirigentes que cometeram crimes, mas não as empresas, sinaliza a intenção dos militares em reorganizar os setores de infraestrutura com vistas à retomada dos investimentos, objetivo que não pode ser alcançado sem o envolvimento ativo das grandes construtoras. Por outro lado, o Pilar Judicial, capitaneado pelo futuro ministro da Justiça, sugere a intensificação dos métodos da Lava-Jato, representando a transferência do COAF do Ministério da Fazenda para o Ministério da Justiça, um passo nessa direção.

Embora o cenário seja imprevisível, foi apresentada análise sobre os possíveis cenários para o próximo governo, que vão desde a inviabilização do futuro presidente eleito e sua substituição pelo vice presidente, até a possibilidade considerada mais viável de imposição de um pragmatismo econômico (gradualismo) pelo Pilar Militar, em decorrência dos possíveis

excessos e conflitos e instabilidade social gerados por medidas de cunho liberal. Nesse cenário, o processo de privatização deixaria de ser selvagem, como o apregoado pelo Ministro da Economia e prosseguiria de forma mais cautelosa.

Porém, em qualquer cenário, além da Reforma Previdenciária e medidas de impacto administrativo sobre todo o funcionalismo público, os Auditores-Fiscais ainda terão que lidar com a tendência de centralização do poder na cúpula da RFB, em detrimento dos trabalhos realizados na ponta, com impacto na disputa por atribuições legais. As posições defendidas pela cúpula da RFB podem encontrar amparo na proposta de simplificação tributária objetivada pelo futuro secretário da Receita Federal do Brasil, Marcos Cintra. Destaca-se ainda o desprestígio da RFB que parece ter sido rebaixada na nova estrutura de governo, correndo ainda o risco de perder parte das atividades aduaneiras e também de ter que acolher em seus quadros os Auditores Fiscais do Trabalho, cujo ministério deixou de existir.

Para fazer frente a tantos e tão sérios desafios, a palavra de ordem é UNIÃO. Foi nesse sentido que se manifestou o Auditor-Fiscal Floriano Martins de Sá Neto, presidente da ANFIP Nacional, como também o Auditor-Fiscal Francisco César de Oliveira Santos - Chicão, candidato que disputou à presidência do Sindifisco Nacional pela Chapa 2, que conclamou os que nele votaram a permanecerem no Sindicato e juntar forças com a diretoria eleita em prol dos interesses da Categoria.

Mas também é preciso pensar para além da categoria e somar esforços com os demais servidores públicos nas pautas de interesses comuns, especialmente combater a Reforma Administrativa, que visa reduzir a remuneração de ingresso e os quadros de servidores públicos estatutários e implementar a terceirização de atividades-fim.

Internamente, estão em curso na RFB iniciativas da Administração Central que precisam ser analisadas, reformuladas ou mesmo contestadas. É o caso da forma equivocada como as reuniões de conformidade que vêm sendo ampliadas e implementadas, conflitando com dispositivos constitucionais e legais. Até mesmo boas ideias de administrações tributárias estrangeiras podem ser aplicadas de maneira equivocada quando ignoram-se os diferentes contextos normativo-legais.

Há, contudo, espaços nobres como a tributação de atividades internacionais, onde a atuação da RFB ainda é tímida. Dados os volumes financeiros envolvidos em transações dessa natureza, o porte das empresas, a complexidade das operações, os Auditores Fiscais devem receber intensa carga de capacitação e ter à sua disposição equipamentos e sistemas adequados, como também a legislação deve ser atualizada no ritmo da evolução de tais atividades. Na mesma linha, trabalhos de combate a fraudes, à lavagem de dinheiro, entre outros, que demandam sólidos conhecimentos e dedicação, devem ser o foco da alocação de Auditores-Fiscais. Para tanto, tendo em vista o quadro já reduzido e a tendência de redução ainda maior, atividades intermediárias, de chefia, de natureza repetitiva ou de baixa complexidade, devem ser sacrificadas em prol daquelas que mais enobrecem o cargo e trazem maior retorno para a RFB e para a sociedade.

Também, se identificou a carência de diversos segmentos sociais em receber informações técnicas sobre temas que estão nas áreas de atuação dos Auditores-Fiscais. Reforma Tributária e Tributação são assuntos que quando levados aos cidadãos, até mesmo os mais simples e de menor instrução, têm despertado interesse. Essa é uma forma viável de difundir ideias e valores relativos a uma Tributação Justa e Progressiva, como também de uma Previdência Pública Sustentável.

Emoção e felicidade marcam a festa de fim de ano da ANFIP-SC

O Jantar de confraternização de fim de ano da ANFIP-SC realizado com a participação da Unafisco Associação no dia 14 de dezembro no Lira Tênis Clube, em Florianópolis, contou com 264 participantes e foi um encontro marcante, com muito brilho, alegria, animadas conversas e muita comemoração à vida. Foi emocionante o brinde feito por todos os presentes ao som da música Feliz Natal cantado pelo Coral Del Chiaro. E como festa sem uma boa gastronomia não pode ser considerada plena, a mesa de frios, o buffet de salgados, as sobremesas e as bebidas escolhidas com muito critério não deixaram a desejar. A banda Faraway brilhou a festa com variedade de estilos musicais e a maioria dos convidados deixou-se levar por uma boa dança. Afinal, Natal e Ano Novo são momentos de comemorações e cheios de significado, em que ponderamos sobre a vida, refazemos planos,

reconsideramos os equívocos e retomamos o caminho para uma vida cada vez mais feliz. De fato, com a chegada de 2019, teremos outras 365 novas oportunidades de renovação e de buscarmos os grandes milagres da vida a cada instante, apesar das dificuldades que teremos a frente com o novo governo. Por isto, é o momento de libertarmos a criança cheia de esperanças que mora dentro de nossos corações, renascendo, florescendo, vivendo de novo. É momento, também, de aproveitarmos este ano que está começando para realizarmos todos os nossos sonhos. Vamos viver cada dia, cada hora e cada minuto em sua plenitude, dizendo à vida que de fato queremos ser muito felizes. Vamos amar tudo que fizemos e vamos fazer tudo com amor. Vamos cuidar com carinho do próximo e criar uma nova realidade para o nosso país.

Que tenhamos folego, fé e saúde para enfrentarmos o ano que ora iniciou.

Feliz 2019 a todos!



Marcelo A. Seemann – Presidente do CRC, Antonio C. Silveira, Floriano José Martins e Luiz C. Aguiar



Adolfo Meurer, Marcio Fidelis, João Luiz Feldhaus, Luiz C. Aguiar e Floriano José Martins



Luiz Claudio de Araújo Martins, Luiz Carlos Corrêa Braga e Antonio Carlos Silveira



Antonio C. Silveira, Floriano Martins de Sá Neto, Antônio M. Massuyama e Saulo Figueiredo Pereira



José Henrique Beirão e esposa, Adolfo Meurer, Luiz Aguiar, Antonio Silveira e João S. de Almeida



Apresentação do quarteto do Coral Del Chiaro de Florianópolis



Floriano Martins de Sá Neto
Presidente da ANFIP Nacional



Romelândia Silvestre Pfutzenreuter



Edgard Fortkamp com seu filho e Sebastião Procópio Nogueira



Antonio Carlos Silveira e Cleusa Maria Scherer



Floriano José Martins com esposa e neta



José Carlos Nogueira Ribeiro e esposa



Carlos Alberto de Souza e esposa



José Carlos Terres e esposa, Edília Maria Kalempa e Nelci Elvira Machiavelli



João Sampaio de Almeida e esposa



Luiz Carlos Aguiar da Silva e esposa



Romelândia S. Pfitzenreuter, José Paulo do Nasc. Cleusa M. Scherer e Marcia R. Tchumi com esposo



José Henrique Beirão e esposa



Ilva Maria Franca Lauria e convidadas



Antônio Carlos Guimarães e esposa



Antônio Masayuki Massuyama com esposa e filhos



José Augusto Baasch Luz e Esposa



Ivete Jaszenski da Silva e esposo



Adolfo Hoeller e esposa



Mara Denise Moreira e esposo



Silvana Heloisa Lolato e Wilmar Silva



Hildebrando Alves dos Santos e esposa



Maria Bernadete Arruda e amiga



Abrahão Salun Neto e esposa



Roberto Duarte Alvarez e esposa



Regina Maria Miranda Santos Vieira e esposo



Silene de Fátima Claudio e família



Sônia Rosa Andrade e amigos



João S. de Almeida e esposa, Walmor Garcia Filho e esposa e Airton Nagel Zanghelini e esposa



Ranusia Bonin Correia e esposo



Gladis Maria Brancher de Almeida



Ricardo Glufke e esposa



Iara de Oliveira com amiga e irmã, Regina Regis Dittrich e Ione de Oliveira com sobrinha



Neri Domingos Teixeira e esposa



Mariza Farias de Liz e filha



Ingrid Auringer de La Mariniere



José Carlos da Veiga e esposa



Wily Niehues e esposa



Vanderley José Maçaneiro e esposa



Cesar Mauricio Baasch Filomeno e esposa



Geuvani Raitz e esposa



Paulo Diniz D'Avila com esposa e Job D'Avila Luz



Telma Flesch com amiga e Iracy Vardanega dos Santos e amiga



Maria José Moreira



Luiz Carlos Pinto e filho



Regina Iara Regis Dittrich com filho e nora



Marcio Fidelis e esposa



Mauro Laurindo Pinheiro e esposa



Jesuvina Baches e filho



Marcús Gaudenzi de Faria e esposa



Eli Dellagiustina Stahnke com neta e amiga



Edson Pirath e esposa



Okir de Sieno com esposa e filha



Luis Fernando Silva e esposa



José Mario Ribeiro da Costa com esposa e filho



Ney Walmor Hubner e esposa



Ernani da Costa Meira



Edemar Alberto Ciriani Dias e filha

ANFIP participa em Seminário



A ANFIP, representada pelo vice presidente da ANFIP-SC, Floriano José Martins, palestrou, no dia 28/01, no XXVIII Seminário de Dirigentes Sindicais, de Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná, em Itapoá/SC. Floriano fez uma profunda análise da execução orçamentária do sistema de seguridade social, demonstrando os superávits existentes, ao longo de sua história. Chamou atenção para o desastroso sistema de capitalização implantado no Chile, em 1981, gerando grave repercussão nos dias atuais, quando dos pagamentos dos benefícios, impactando negativamente nas aposentadorias dos segurados, a maioria recebendo meio salário mínimo, sem a mínima condição de sobrevivência. Por fim sugeriu um acompanhamento

to sistemático de todos os segmentos da sociedade, nas propostas que advirão do governo, no sentido de debater, principalmente, com os parlamentares de suas regiões, os impactos negativos que terão para os trabalhadores. Prestígio, também, o evento, o presidente da ANFIP-SC Antônio Carlos Silveira.

Este informativo é uma publicação da ANFIP-SC
 Gestão 2018-2020 - Presidente Antônio Carlos Silveira
 Fotos: Arquivo ANFIP-SC e Divulgação
 Edição: Ilton Valente Vieira
 Rua Trajano, 279 - 5º Andar (48) 3223-2800 - 999239408
 E-mail: anfipsc@gmail.com

Parabéns aos associados aniversariantes de Janeiro e Fevereiro

JANEIRO

02. Marcos Dornelis Burgardt
05. Elizabeta Migoski
07. João Sampaio de Almeida
08. Luiz Spricigo
09. Dilmar Pregardier
Araldo Julião da Silveira
10. Rubens Cunha
Telma Flesch
Roberto Duarte Alvarez
11. José Mario Ribeiro da Costa
Pedro Erasmo da Silva
14. Jaior Fortes Matos
16. Nilda Custódia de Souza
Onofre Iankoski
19. Carlos Nascimento
20. Rosana Reibnitz
21. José Augusto Baasch Luz
22. José Paulo do Nascimento
Nildo Manoel de Souza
23. Raquel Melo Brandl
24. Heloisa Helena de C. Cruz Lima
Myriam Lisete Piazza Zucco
26. Arno Paulo de Almeida
28. Nézia Maria Figueiredo Locks
30. Floriano José Martins
31. Juarez dos Santos Paes

FEVEREIRO

01. Arno Dalpiaz
Marcos Antônio Lise
04. Juvenal Bernardo da Silva
05. Bernadete Bittencourt Sada
06. Luiz Carlos Cordeiro
07. Nely Firminio Faraco
10. Osvaldo Ziperer
11. Elisabete Regina da Silva Bege
13. Wilmar Soares Rodrigues
19. Mathilde Koester
José Carlos Terres
20. Nazareth Knabben Brognoli
23. Ezir Terezinha Sens
24. Ione de Oliveira
Iracema Kormann Manerick
25. Joyce Moraes Borba
26. Hildebrando Alves dos Santos
27. Iara de Oliveira

